



HB SAÚDE S/A

CNPJ 02.668.512/0001-56
Relatório da Administração

A HB Saúde S.A. é uma empresa do Grupo Hapvida Notre Dame Intermédica, controlada pela Hapvida Assistência Médica S.A., uma das maiores operadoras de planos de saúde do Brasil. O Grupo Hapvida Notre Dame Intermédica é uma rede de operadoras, hospitais e clínicas que tem um modelo verticalizado, que combina oferta de planos de saúde com atendimento preferencialmente em rede própria, constituindo um grande diferencial para os seus beneficiários. A cultura do Grupo Hapvida Notre Dame Intermédica valoriza a excelência operacional, o controle de custos, a inovação e, sobretudo, a qualidade assistencial. O Grupo que se consolida como uma das maiores empresas de planos de saúde do Brasil. Mesmo diante de um cenário global e doméstico ainda desafiador, o Grupo Hapvida Notre Dame Intermédica foi capaz de demonstrar seu compromisso com um modelo de negócio sustentável e resiliente em 2025.

1) Política de destinação de lucros: A política de reinvestimento de lucros e distribuições está de acordo com a Lei nº 6.404/76 (Sociedade por Ações) e com o estatuto social da Companhia. **2) Negócios sociais e principais fatos internos e/ou externos que tiveram influência na "performance" da sociedade e no resultado do exercício.** **Capacidade financeira:** A Companhia e suas controladas finalizaram o exercício de 2025 com R\$ 86.127 milhões em caixa (R\$ 83.601 milhões em 2024) sendo parte em disponível e parte em aplicações financeiras (aplicações livres R\$ 41 mil e R\$ 79.821 milhões em aplicações garantidoras de provisões técnicas). A Companhia e suas controladas possuem intenção e capacidade de manter até o vencimento todos os títulos classificados na categoria de mantidos até o vencimento. A Operadora dispõe e tem capacidade financeira suficiente para cumprir as obrigações, junto a ANS e seus fornecedores. **Performance de resultado:** Nossa receita líquida anual alcançou R\$ 288.145 milhões em 2025 (R\$ 305.867 milhões em 2024), uma diminuição de 6% em comparação com o exercício anterior. Os eventos indenizáveis totalizaram R\$ 181.822 milhões em 2025 (R\$ 295.269 milhões em 2024), apresentando uma diminuição de 38% em comparação com o exercício anterior. As despesas administrativas totalizaram R\$ 51.039 milhões em 2025 (R\$ 51.453 milhões em 2024) apresentando um crescimento de 1% em comparação com o exercício anterior. As despesas comerciais totalizaram R\$ 6.013 milhões em 2025 (R\$ 6.012 milhões em 2024) mantendo-se praticamente estáveis em comparação com o exercício anterior. O resultado financeiro totalizou R\$ 20.154 milhões em 2025 (R\$ 10.497 milhões em 2024), apresentando um aumento de 92% em comparação com o exercício anterior. O resultado líquido totalizou R\$ (46.086) milhões em 2025 em comparação ao resultado líquido de R\$ (19.627) milhões em 2024. Em função do exposto acima, a Administração entende que os resultados operacionais estão em linha com a estratégia do Grupo Hapvida Notre Dame Intermédica. Apresentamos a seguir a avaliação sobre as principais rubricas que compõem a medição EBITDA (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*),

através do qual é possível avaliar o quanto a Companhia e suas controladas estão gerando com suas atividades operacionais sendo eficiente/competitiva na gestão do seu negócio principal, não incluindo movimentações ligadas às atividades de investimento e financiamento, bem como tributos sobre o lucro.

	2025	2024
Em milhares de R\$	(46.086)	(19.627)
Resultado líquido	8.643	5.221
(+) Depreciação e amortização	(20.154)	(10.497)
(-) Resultado financeiro líquido	2.790	4.843
(+) Imposto de renda e contribuição social	(54.807)	(20.060)
EBTIDA	(54.807)	(20.060)
Margem Ebitida	-190%	-66%

3) Reorganizações societárias e/ou alterações de controle direto ou indireto: A Companhia e suas controladas realizaram os seguintes eventos de reestruturação societária no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 com o intuito de simplificar a estrutura societária.

	Participação societária				
	31 de dezembro de 2025		2024		
	Principal atividade	Direta	Indireta	Direta	Indireta
HB Saúde Centro de Diagnóstico Ltda.	Saúde	100%	-	37,90%	0,01%
HB Saúde Prestação de Serviços Médicos Ltda.	Saúde	100%	-	99,99%	0,01%
Centro Integrado de Atendimento Ltda.	Saúde	100%	-	99,51%	0,49%

4) Perspectivas e planos da Administração para os exercícios seguintes: Para 2026, a HB Saúde S.A. tem como objetivo refinar seus processos internos, com foco na continuidade de seu desenvolvimento tecnológico e administrativo. A Administração planeja implementar iniciativas que visem aprimorar a eficiência de custos, garantindo simultaneamente a manutenção da qualidade assistencial e a acessibilidade aos cidadãos brasileiros. Além disso, será priorizada a capacidade da equipe e a adoção de inovações que contribuam para um atendimento mais eficaz e humanizado, alinhado às melhores práticas do setor de saúde. Essas ações visam fortalecer a posição da Companhia no mercado e promover um crescimento sustentável a longo prazo. **5) Descrição dos principais investimentos realizados, objetivo, montantes e origens dos recursos alocado, inclusive aqueles voltados aos programas de promoção e preservação à saúde:** No exercício social de 2025, a Companhia realizou investimento

DECLARAÇÃO

que define os requisitos de publicação a serem observados nas demonstrações financeiras resumidas. A Companhia optou por divulgar em jornal as suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 de forma resumida e apresenta o seguinte aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a

relevante na investida ABCD Ltda., mediante aquisição de participação societária adicional que resultou no aumento de sua participação de 37,90% para 100% do capital social, totalizando o montante de R\$ 415,2 milhões. O investimento teve como principal objetivo a adequação e otimização do fluxo operacional entre centros médicos e hospitalares, promovendo maior integração assistencial, ganhos de eficiência, racionalização de custos e fortalecimento da estratégia verticalizada da Companhia, contribuindo para a melhoria dos programas de promoção e prevenção à saúde. Os recursos alocados foram provenientes de geração própria de caixa e disponibilidades financeiras da Companhia. **6) Resumo dos acordos de acionistas:** Não há acordos de acionistas para Companhia. **7) Declaração sobre a capacidade financeira e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento:** A Companhia atua com foco na assistência e no acesso dos seus beneficiários aos produtos e serviços comercializados, orientados pela qualidade e segurança assistencial e com equilíbrio econômico e financeiro. A Companhia atua para o cumprimento dos acordos comerciais e das suas obrigações junto aos seus fornecedores, prestadores de serviços, colaboradores, parceiros e demais, com histórico de adimplência e liquidez que sustente essa operação com geração própria de caixa suficiente para a sua manutenção e investimentos, sem ofender os vencimentos pactuados e possibilitar a continuidade da Companhia. **8) Emissão de debêntures:** A Companhia não emitiu debêntures no exercício de 2025. **9) Investimentos da Companhia em sociedades coligadas e controladas e mencionar as modificações ocorridas durante o exercício:** Os investimentos citados no item 5 foram realizados para atender o funcionamento e atividades das empresas da qual participa do quadro societário com atuação na assistência médica dos clientes da operadora. **10) Declaração de não ocorrência de operações suspeitas:** Para fins de atendimento ao disposto no inciso III do art. 11 da Lei 9.613 de 3 de março de 1998, comunicamos a não ocorrência, no período indicado abaixo, de propostas, transações ou operações passíveis de serem comunicadas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF. **Considerações finais:** A Companhia e o Grupo Hapvida Notre Dame Intermédica do qual ela faz parte, tem usado toda a experiência de mais de 40 anos de gestão médico-hospitalar para minimizar possíveis impactos em suas operações e continuar cuidando dos clientes e colaboradores com o acolhimento de sempre. A Administração da Companhia reitera que confia no seu modelo de negócio e está certa de que todas as conquistas de 2025 são frutos de um trabalho em conjunto de pessoas engajadas e inspiradas. A todos os colaboradores, prestadores de serviços e odontológicos, parceiros de negócios, demais stakeholders e, principalmente, aos clientes que fizeram parte de cada uma dessas conquistas.

Administração

leitura das demonstrações completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

- <https://publicidadelegal.diariodaregiao.com.br/>
- <https://hbsaude.com.br/demonstracoesFinanceiras.html>

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (valores expressos em milhares de reais)

Balancos patrimoniais	Controladora		Consolidado		
	N.E.	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo					
Circulante					
Disponível		3.546	3.425	6.265	4.076
Realizável					
Aplicações financeiras	5				
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		79.821	79.487	79.821	79.487
Aplicações livres		41	38	41	38
		79.862	79.525	79.862	79.525
Créditos de operações com planos de assist. à saúde	6				
Contraprestação pecuniária a receber		7.087	6.565	7.087	6.565
Participação de beneficiários em eventos indenizáveis		765	1.611	765	1.611
Operadoras de planos de assistência à saúde		3.090	-	3.090	-
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		2	30	2	30
		10.944	8.206	10.944	8.206
Créditos de oper. assist. à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora		-	-	494	9.586
Créditos tributários e previdenciários	7	13.804	7.481	19.640	9.158
Bens e títulos a receber	8	10.310	1.304	1.039.358	18.706
		114.920	96.516	1.150.298	125.181
Total do ativo circulante		118.466	99.941	1.156.563	129.257
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e créditos a receber		3.893	-	3.893	-
Depósitos judiciais e fiscais	14	10.772	3.784	11.088	3.973
Outros créditos a receber e direitos a longo prazo		-	1.369	10	1.013.389
		14.665	5.153	14.991	1.017.362
Investimentos	9	1.056.429	641.388	13	641.392
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial		1.056.419	291.378	-	291.379
Participações societárias em rede assistencial		1.054.896	289.855	-	289.856
Participações societárias pelo método de custo		1.523	1.523	-	1.523
Outros investimentos		10	350.010	13	350.013
Imobilizado	10	53.913	54.966	78.216	77.386
Imóveis de Uso Próprio		50.486	52.379	51.608	53.553
Imóveis - Hospitalares/Odontológicos		44.804	46.697	45.926	47.871
Imóveis - Não Hospitalares/Odontológicos		5.682	5.682	5.682	5.682
Imobilizado de Uso Próprio		1.913	2.296	21.643	21.070
Imobilizado - Hospitalares/Odontológicos		-	-	3.279	1.964
Imobilizado - Não Hospitalares/Odontológicos		1.913	2.296	18.364	19.106
Imobilizações em curso		910	230	910	230
Direito de uso de arrendamentos		604	61	4.055	2.533
Intangível		40	86	1.581	109
Total do ativo não circulante		1.125.047	701.593	94.801	1.736.249
Total do ativo		1.243.513	801.534	1.251.364	1.865.506

Balancos patrimoniais	Controladora		Consolidado		
	N.E.	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo					
Circulante					
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	11				
Contraprestações		39.191	8.965	39.191	8.965
Contraprestação Não Ganha - PPCNG		5.603	5.994	5.603	5.994
Provisão de Insuficiência de Prêmios		33.588	2.971	33.588	2.971,00
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS		15.767	7.042	15.767	7.042
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		17.704	19.425	9.436	19.425
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		46.173	36.221	46.173	36.221
		118.835	71.653	110.567	71.653
Débitos de Operações de Assistência à Saúde					
Contraprestações		-	-	-	-
Receita Antecipada de Contraprestações		310	226	310	226
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		56	32	56	32
		366	258	366	258
Tributos e encargos sociais a recolher	12	1.564	1.387	5.291	3.501
Débitos diversos	13	2.317	2.271	12.982	11.776
Total do passivo circulante		123.082	75.569	129.206	87.188
Não circulante					
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	11				
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS		4.253	-	4.253	-
		4.253	-	4.253	-
Provisões					
Provisões para Ações Judiciais	14	4.119	3.447	4.119	3.447
		4.119	3.447	4.119	3.447
Débitos diversos	13	436	-	2.163	1.245
Total do passivo não circulante		8.808	3.447	10.535	4.692
Patrimônio líquido	15				
Capital Social		754.855	386.855	754.855	1.070.619
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		11.500	359.000	11.500	709.000
Reservas					
Reservas de Reavaliação		414.920	229	414.920	-
		414.920	229	414.920	-
Lucros (Prejuízos) Acumulados		(69.652)	(23.566)	(69.652)	(5.993)
Total do Patrimônio líquido		1.111.623	722.518	1.111.623	1.773.626
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.243.513	801.534	1.251.364	1.865.506

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido					
	Capital social	Adiantamento para Futuro aumento de Capital	Reserva de capital	Reserva de lucros (Prejuízos) acumulados	Lucros/Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	91.436	11.800	5.977	2.762	- 111.975
Aumento de capital	295.420	-	-	-	295.420
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	347.200	-	-	347.200
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	(32.299)
Proposta de destinação de lucro:					
Absorção de reservas	-	-	(5.748)	(2.762)	8.733
					223
Saldo em 31 de dezembro de 2024	386.855	359.000	229	-	(23.566)
Aumento de capital	368.000	(347.500)	-	-	20.500
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	(46.086)
Efeito de diluição na participação em controladas	-	-	414.691	-	414.691
Saldo em 31 de dezembro de 2025	754.855	11.500	414.920	-	(69.652)

Demonstrações dos resultados	Controladora		Consolidado		
	N.E.	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde	16	288.145	305.867	288.145	305.867
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		291.489	310.892	291.489	310.892
Contraprestações Líquidas		322.105	313.863	322.105	313.863
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		(30.616)	(2.971)	(30.616)	(2.971)
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(3.344)	(5.025)	(3.344)	(5.025)
Eventos Indenizáveis Líquidos	17				
Eventos Conhecidos ou Avisados		(308.949)	(280.866)	(171.869)	(280.866)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		(9.953)	(14.403)	(9.953)	(14.403)
		(318.902)	(295.269)	(181.822)	(295.269)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		(30.757)	10.598	106.323	10.598
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde		1.126	5.323	1.125	5.323
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		4.061	499	5.804	118.887
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar		-	-	1.769	1.236
Outras Receitas Operacionais		4.061	499	4.035	117.651
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde		-	-	(8.068)	-

Demonstrações dos resultados	Controladora		Consolidado		
	N.E.	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde		(3.582)	(25.914)	(3.582)	(25.914)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(780)	(22.617)	(780)	(22.617)
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(2.610)	(3.297)	(2.610)	(3.297)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora		(649)	(742)	(105.197)	(88.314)
Resultado bruto		(29.801)	(10.236)	(3.595)	20.580

* continuação

nanceiras individuais e consolidadas incluem as seguintes controladas diretas:

Principal atividade	Participação societária			
	31 de dezembro de			
	2025		2024	
Direta	Indireta	Direta	Indireta	
HB Saúde Centro de Diagnóstico Ltda.	Saúde	100%	– 37,90%	0,01%
HB Saúde Prestação de Serviços Médicos Ltda.	Saúde	100%	– 99,99%	0,01%
Centro Integrado de Atendimento Ltda.	Saúde	99,51%	0,49%	99,51% 0,49%

4. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: 4.1. Declaração de conformidade: (a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as quais abrangem os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela ANS, inclusive seguindo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa - RN nº 528, de 29 de abril de 2022. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens, que são mensurados a valor justo a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.3.4.2. **Conversão de moeda estrangeira: Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica "Resultado financeiro".

4.3. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas e estão em conformidade com a Resolução Normativa RN nº 528/2022. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **(a) Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 6 - Provisão para perdas de contas a receber. Reconhecimento e mensuração de passivos relacionados aos custos assistenciais que ainda não foram informados pelos prestadores de serviços, conforme Resolução Normativa RN 528/22. **Nota explicativa nº 11 - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde.** Reconhecimento e mensuração de passivos relacionados aos custos assistenciais que ainda não foram informados pelos prestadores de serviços, conforme Resolução Normativa RN 528/22. **Nota explicativa nº 14 - Provisões para ações judiciais.** A Companhia e suas controladas é parte em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária, cível e regulatória, na qual constitui provisões contábeis em relação às demandas com probabilidade de perda provável. A avaliação da probabilidade de perda é realizada através da avaliação de evidências disponíveis, hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. **(b) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são efetuadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possam resultar em um resultado real diferente do estimado estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa nº 6 - Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber.** Reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes, conforme Resolução Normativa RN 528/22. **Nota explicativa nº 10 - Revisão da vida útil econômica de bens do ativo imobilizado.** Determinação da vida útil estimada dos bens e, consequentemente, da taxa de depreciação a ser utilizada nos cálculos e registro contábeis no resultado do exercício. **Nota explicativa nº 11 - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde.** Reconhecimento e mensuração de passivos relacionados aos custos assistenciais que ainda não foram informados pelos prestadores de serviços, conforme Resolução Normativa RN 528/22. **Nota explicativa nº 14 - Provisões para ações judiciais.** Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas para determinar o valor e a probabilidade da saída de recursos. **4.4. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens, que são mensurados a valor justo a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

• Aplicações financeiras. **4.5. Principais políticas contábeis:** A Companhia e suas controladas aplicam as políticas contábeis descritas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação contrária. **4.5.1. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder de exercício em relação à investida. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem todas as controladas diretas e indiretas da Companhia, conforme mencionado na nota explicativa 3. **(f) Combinação de negócios:** Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para Companhia. A contraprestação transferida é mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações preexistentes. Esses montantes são reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se o pagamento for classificado como instrumento patrimonial, então ele não é remensurado e a liquidação é registrada no patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório, e as alterações subsequentes ao valor justo, são reconhecidas no resultado do exercício. **(ii) Controladas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **(iii) Participação de acionistas não controladores:** A Companhia elegeu mensurar a participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma controlada que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **(iv) Perda de controle:** Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. **(v) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações em intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da HB SAÚDE S/A

não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investimentos registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **4.5.2. Reconhecimento de receitas e custos operacionais:** A Companhia e suas controladas atuam no ramo de prestação de serviços de assistência à saúde e odontológica. Os serviços são vendidos em contratos separados, individual por cliente ou agrupados como um pacote de serviços. Para este, com planos de assistência à saúde, a Companhia adota como política para o reconhecimento de receita os critérios dispostos no CPC 47 - Contratos com clientes e a Resolução Normativa RN 528/2022. **(i) Reconhecimento de receitas operacionais:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é contabilizada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. As receitas de contraprestações, na modalidade de preço preestabelecido, são apropriadas no resultado pelo montante correspondente ao período de cobertura do risco incorrido (pro rata die). Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura dos contratos com clientes, o valor dos contratos com os clientes é registrado na rubrica "Provisões técnicas de operações de assistência à saúde", no subitem "Provisão de contraprestação não ganha - PPC-NG", conforme destacado na nota explicativa 11, classificada no passivo circulante. As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência à saúde são contabilizadas pelo regime de competência. **(ii) Receitas de contratos com clientes:** Os serviços são vendidos em contratos separados, individual por cliente ou agrupados como um pacote de serviços. Os planos de assistência à saúde e odontológicos são tratados de acordo com a política para o reconhecimento de receita os critérios dispostos no CPC 47 - Contratos com clientes. **(iii) Receitas de contraprestações:** Os serviços de assistência à saúde e odontológica são realizados por meio de seus hospitais e rede credenciada. A Companhia e suas controladas avaliaram que os serviços são satisfatórios ao longo do tempo, dado que o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios prestados. As receitas com as contraprestações são apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário - pro rata die - do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura. **(iv) Reconhecimento dos custos dos serviços prestados:** Os custos com a operação da rede própria de atendimento são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Os custos dos serviços prestados pela rede credenciada de atendimento (hospitais, laboratórios e clínicas) são contabilizados com base nas notificações que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos. **4.5.3. Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem: • Receita de juros; • Despesas de juros; • Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; • Ganhos/perdas líquidos de instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e • Perdas por redução ao valor recuperável (e reversões) sobre investimentos em títulos de dívida contabilizados ao custo amortizado. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A Companhia e suas controladas classificam dividendos e juros sobre capital próprio pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: • Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou • Ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **4.5.4. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e • Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão em que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Não foram realizadas reduções aos ativos fiscais diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(iii) Implementação global das regras do modelo "Pilar Dois" da OCDE:** Em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE") divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. A aplicação das regras e a determinação do impacto serão provavelmente muito complexos, o que coloca uma série de desafios práticos. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, "Tributos sobre o Lucro" para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE. Até a presente data, o Brasil ainda não endossou as regras do modelo Pilar Dois em sua legislação local. A Companhia e suas controladas esperam não ser materialmente afetadas por essas regras. **4.5.5. Imobilizado:** Os itens que compõem o imobilizado são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos

para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos. A Companhia e suas controladas revisam o valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação no encerramento de cada exercício e os ajustam de forma prospectiva, quando for o caso. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o receptor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. **4.5.6. Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, se houver. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida e indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação às perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **4.5.7. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente: Ativos Financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao Custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes ("ORA"). Essa escolha é realizada através da análise de cada investimento, individualmente. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenderia aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, pois isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Objetiva identificar se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:**

Ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda do desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou ainda na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, bem como não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia e suas controladas realizam transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenham a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **4.5.8. Informações por segmento:** A Companhia e suas controladas atuam no setor de saúde suplementar e direcionam sua estratégia à prestação dos serviços de forma verticalizada, em que o atendimento ao beneficiário é prioritariamente realizado em rede própria de atendimento, e proporciona assistências médica e odontológica, operando em apenas um segmento operacional, cujos resultados operacionais e financeiros são regularmente revisados pelo Conselho de Administração de forma agregada, sobre a qual conduz sua tomada de decisões. Embora a Companhia e suas controladas tenham em sua estrutura diversos hospitais, clínicas e outras unidades de atendimento, eles funcionam como executores dos serviços demandados pelos clientes dos planos de saúde e odontológicos das operadoras pertencentes a Companhia e suas controladas, dentro do modelo integrado de verticalização, no qual o objetivo final é maximizar a geração de valor consolidado (operadora de planos de saúde/odontológica + unidades de atendimento médico) para seus acionistas. A Administração determinou que a Diretoria Estatutária é representada pelo Chief Operating Decision Maker (CODM). Este recebe e analisa informações sobre os resultados operacionais e financeiros do negócio e toma as decisões estratégicas, uso de tecnologias e estratégias de marketing para diferentes produtos e serviços de forma centralizada. Toda a receita da Companhia e suas controladas são derivadas de clientes localizados geograficamente no Brasil e não há concentração de vendas por contrato de clientes. Além disso, todos os ativos circulantes da Companhia e suas controladas estão localizados no Brasil. Os resultados não flutuam com base na sazonalidade. **4.5.9. Disponível:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. Para efeitos de demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os saldos bancários a descoberto são incluídos como componentes de caixa e equivalentes de caixa em decorrência da alta liquidez em curto espaço de tempo, compondo integralmente na gestão de caixa da Companhia e de suas controladas. **4.5.10. Perda de recuperabilidade sobre créditos:** A Companhia constitui provisão para perdas de recuperabilidade sobre créditos por meio da metodologia de apuração utilizada em estrito acordo com a Resolução Normativa - RN 528/22. A perda de recuperabilidade sobre créditos relacionados com planos de saúde é constituída sobre os créditos vencidos há mais de 60 dias para os contratos de pessoas físicas (planos individuais) e há mais de 90 dias para os contratos com pessoa jurídica (planos coletivos e corporativos), salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração. Para os créditos não relacionados com planos de saúde, é constituída perda de recuperabilidade de créditos para saldos vencidos acima de 90 dias, salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração. **4.5.11. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e, em certos casos, implícita, nos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia e suas controladas concluíram que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. **4.5.12. Investimentos - controladas:** A participação societária que a Companhia possui em suas controladas é avaliada pelo método de equivalência patrimonial e está registrada na rubrica "Resultado de equivalência patrimonial" na demonstração do resultado. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são realizados ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as políticas contábeis da Companhia. **4.5.13. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos nesse modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nesses orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e nesses orçamentos geralmente abrangem o período de 5 anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuirão. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. O teste de redução do valor recuperável do ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A perda por desvalorização é reconhecida para

Ativos financeiros VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e

continua *

→ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da HB SAÚDE S/A

uma unidade geradora de caixa a qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. 4.5.14. Provisões: Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), como consequência de um evento passado, uma indicação provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. (i) Provisão para ações judiciais: A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. (ii) Contratos onerosos: Se a Companhia e suas controladas possuem um contrato que é oneroso, a obrigação presente do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. No entanto, antes que uma provisão separada para um contrato oneroso seja estabelecida, a Companhia e suas controladas reconhecem qualquer perda por

redução ao valor recuperável que tenha ocorrido em ativos dedicados a esse contrato. Um contrato oneroso como um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato e este é determinado com base: No custo de cumprir o contrato; ou No custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento dos contratos; dos dois, o menor. O custo para cumprir um contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato (por exemplo, custos incrementais) e uma alocação de outros custos indiretamente associados às atividades do contrato. (iii) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde: Constituídas de acordo com Resoluções Normativas emitidas pela ANS, essas provisões são representadas pela: Provisão de prêmio contraprestação não ganha (PPCNG) (Resolução Normativa RN 393/2015, RN 442/2018 e RN 472/2021); é calculada pro rata die, com base nos prêmios dos planos de saúde e odontológicos, representando o valor cobrado pela operadora proporcional aos dias ainda não transcorridos dentro do próprio mês em que a vigência de cobertura do risco foi iniciada em benefício do cliente. Provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS (Sistema Único de Saúde): é calculada a partir das notificações enviadas pelo SUS, representando a restituição das despesas em eventual atendimento de seus beneficiários de fut já foram efetivamente cobradas, uma estimativa de futuras notificações de cobranças que estão em processo de análise, calculadas conforme decisão judicial obtida pela Companhia para adoção de metodologia própria. Provisão para eventos a liquidar: é constituída com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, incluindo os sinistros judiciais e custos relacionados atualizados monetariamente. Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) (Resolução Normativa RN 393/2015, RN 442/2018 e RN 476/2021): é calculada atuarialmente a partir da estimativa dos sinistros já ocorridos e ainda não avisados, com base em triângulos de run-off mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros avisados nos últimos 12 meses, dos futuros pagamentos de eventos relacionados com ocorrências anteriores à data-base de cálculo, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Provisão para eventos ocorridos e não avisados para PEONA-SUS: é calculada a partir da estimativa do montante de eventos/sinistros originados no Sistema Único de Saúde (SUS), que tenham ocorrido e que não tenham sido avisados. O montante calculado é informado, mensalmente, no sítio institucional da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), sendo adotada, pela Companhia, a contabilização de

12/24 avos do montante, tal como permitido pela Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) nº 528/22. Provisão para remissão (Resolução Normativa RN 393/2015): é constituída para os beneficiários que ficarem isentos dos pagamentos das contraprestações em um determinado período conforme cobertura prevista em contrato. Provisão de Insuficiência de Contraprestações (PIC (Resolução Normativa RN 442/2018)); para os seguros de saúde, tem como objetivo apurar a insuficiência de contraprestações/prêmios para a cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer. A provisão é calculada a partir de metodologia definida no anexo VII da resolução normativa 393, para as operadoras que não possuem metodologia atuarial própria. Para o cálculo leva-se em consideração: (i) o FIC (Fator de Insuficiência de Contraprestações), obtido através da soma dos eventos indenizáveis, acrescidos das despesas administrativas totais e de comercialização com a dedução dos totais de multas administrativas, divididos pela soma de contraprestações efetivas; (ii) A base de cálculo da provisão será o somatório das contraprestações efetivas dos 12 meses, incluindo a competência do cálculo; (iii) todos os contratos médico-hospitalares na modalidade de preço preestabelecido, contemplando as segmentações individual, coletivo por adesão e coletivo empresarial. 4.5.15. Arrendamentos: No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento. A Companhia e suas controladas avaliam se os contratos celebrados são ou contém elementos de arrendamento, e reconhece os direitos de uso dos ativos arrendados e passivo para fluxo futuro dos contratos celebrados, são eles aqueles que transmitem o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redu-

ção ao valor recuperável, se houver, e ajustado por determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros incremental calculada pela Companhia e suas controladas. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo diferido de uso em ambiente econômico similar. A Companhia e suas controladas são arrendatárias de diversos ativos, incluindo imóveis, equipamentos hospitalares e equipamentos de TI. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, há alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, a Companhia e suas controladas alteram sua avaliação se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão, há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não tenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. 4.5.16. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio: A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou, ainda, quando previsto em Lei. Conforme legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. A distribuição de dividendos

para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no Estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. 4.5.17. Teste de adequação de passivos (TAP): A Companhia e suas controladas elaboram o Teste de Adequação de Passivos (TAP) para todos os contratos vigentes a cada data de balanço e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado anualmente e revisado trimestralmente, considerando estimativas correntes de fluxos de caixa futuro, utilizando a data-base referência de clientes ativos, sem novos entrantes. A metodologia projeta entradas e saídas de recursos financeiros, considerando os reajustes técnicos e financeiros, alteração de valor por mudança de faixa etária, variação nos custos assistenciais, despesas administrativas e comerciais, retornos dos investimentos e valor do dinheiro no tempo utilizando a taxa de desconto Estruturas a Termo das Taxas de Juros livres de risco (ETTJ). O Teste de Adequação de Passivos realizados foi segregado para as carteiras de planos individuais, coletivos empresariais e coletivos por adesão. O teste efetuado de adequação de passivos não demonstrou insuficiência. Caso seja identificada qualquer insuficiência, a Companhia e suas controladas registram a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, primeiramente reduzindo os custos de aquisição até o limite de zero e depois constituindo provisões adicionais aos passivos já registrados na data do teste. 4.5.18. Alterações de novas normas que ainda não estão em vigor: Novas normas ou alterações de normas e interpretações serão aplicáveis quando referendadas pela ANS. CPC 50 - Contratos de seguros: Com a emissão do CPC 50, em substituição ao CPC 11 - Contratos de Seguro, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros dentro do escopo da norma. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. A Companhia e suas controladas estão avaliando a efetiva aplicabilidade da referida Norma, considerando a sua estratégia de negócios amparada na "verticalização" de suas operações, o que a torna, essencialmente prestadora de serviço de assistência à saúde. Esta norma é vigente a partir 1º de janeiro de 2023 e a data de transição 1º de janeiro de 2022, sendo que os efeitos de transição impactam diretamente a rubrica de Lucros Acumulados no Patrimônio Líquido.

Fernando Miguel Augusto - Diretor de Contabilidade - CRC SP 319.932/O-0 Diretoria Thiago Fontelles Freitas - Gerente Contábil - Demonstrações Financeiras Emanuel Oliveira Jorge de Lima - Gerente de Contabilidade Contador

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

À HB SAÚDE S.A. - São José do Rio Preto - SP. Registro ANS sob nº 35.024-9. Opinião Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da entidade HB Saúde S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade HB Saúde S.A., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional da Saúde Suplementar ANS. Base para Opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descrita na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabili-

dade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos As demonstrações contábeis da entidade HB Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2024 foram auditadas por outra auditoria independente, para as quais foi emitido Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalva, datado de 25 de fevereiro de 2025. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração temos a obrigação de comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis A admi-

nistração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional da Saúde Suplementar ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente e causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a audito-

ria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos exercício profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade

das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossa conclusão está fundamentada nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Campinas, 23 de fevereiro de 2026 AUDIOESP - Auditoria e Consultoria S/S. CRC nº 2SP013587/O-8 - CVM nº 7218 Jamir Tomaz Oliveira CRC nº 1SP100506/O-8 - CNAI nº 1300

DIÁRIO ESSA TODO MUNDO OUVI 89.9 FEITA POR QUEM DAQUI. PRA QUEM VIVE AQUI. A Rádio Diário 89.9 traduz o ritmo de Rio Preto e região em música.

Câmara Municipal de Fernandópolis Palácio 22 de Maio Prefeito Edison Rolim EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO (Lei nº 14.133/2021 - art. 54) - AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA - REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2026 EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 EDITAL EXCLUSIVO PARA MÊS, EPPs E DEMAIS EQUIPARADOS DATA DA REALIZAÇÃO: 27 de abril de 2026, às 10h. OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento futuro e eventual de conjunto de honorários institucionais - conforme solicitado pela CONTRATANTE ao longo da execução contratual - sendo eles placas de homenagem, medalhas, prisma de mesa, placas informativas de legislatura e galeria de presidentes, destinadas às Sessões Solenes e à identificação institucional da Câmara Municipal de Fernandópolis/SP, se dará por meio de Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços, com previsão de consumo parceladamente no decorrer de 12 (doze) meses TIPO: Menor preço, com critério de julgamento de MENOR PREÇO POR ITEM. LEGISLAÇÃO: Este certame será regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Municipal nº 5.423/2023, Portaria 29, de 24 de outubro de 2024 e Portaria nº 04, de 20 de janeiro de 2023, ambas desta Edilidade, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2015, Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2026 e Decreto Federal nº 8538/2025, Lei Municipal nº 72/2009 e alterações, Decreto nº 11.246/2022, Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73/2022, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital acima citado. O Edital completo e demais informações encontram-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP, além de estar à disposição dos interessados na sede da Câmara Municipal de Fernandópolis ("Palácio 22 de Maio - Prefeito Edison Rolim"), localizada na Rua Espírito Santo, nº 320, bairro Jardim Santa Rita - Fernandópolis/SP, bem como em área própria no sítio eletrônico oficial deste Poder Legislativo (www.camarafernandopolis.sp.gov.br). Fernandópolis - SP, 10 de abril de 2026. - DANIEL TRIDICO ARROIO - Presidente da Câmara Municipal de Fernandópolis/SP

EDITAL DE LEILÃO "LEILÃO ONLINE" MILAN LEILÕES LEILOEIROS OFICIAIS 1º LEILÃO: 23/04/2026 Às 15h. - 2º LEILÃO: 27/04/2026 Às 15h Ronaldo Milan, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP nº 266, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S.A, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infra citados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização dos leilões presencias e on-line: Escritório do Leiloeiro, situado na Rua Quatá nº 733 - VI. Olímpia em São Paulo/SP. Localização do imóvel: RIBEIRÃO PRETO - SP. BAIRRO VILA VIRGINIA. Rua Cardeal Leme, nº 315. Apto nº 22 (2º andar) do Bloco C-19 do Cond. Dom Manoel da Silveira D Elboux. Área Priv. 55,08m². Matr. 83.815 do 1º RI Local. Obs: Ocupado. (AF). 1º Leilão: 23/04/2026, às 15h. Lance mínimo: R\$ 214.337,46 e 2º Leilão: 27/04/2026, às 15h. Lance mínimo: R\$ 152.584,98 (caso não seja arrematado no 1º leilão) Condição de pagamento: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Inf: Tel.: (11) 3336-6687 - Ronaldo Milan - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 266 consultar edital completo e detalhado no site - www.milanleiloes.com.br

Serviços Profissionais Veículos A ELETRI. ENCAN 24H 017 981282852 Assis Eletricista e Encanador 24H AMIGO DE ALUGUEL Secreto e confidencial. Fone: 98113-0704 PROCUROU, Procurou, não encontrou? Fale comigo. 98103-3440 ANUNCIE AQUI PALIO 1.0 FIRE FLEX 4P 2016 branco bás. R\$ 30.000 17-996284851 STRADA WORKING 1.4 Fire Flex CE 2015 brco compl. 48mil 17-996284851 FORD ECOSPORT XLT 1.6 Flex 4P 2008 preto R\$ 30.000 17-996284851 VOLKSWAGEN GOL G IV 1.0 FLEX 2010 2 portas c/ar e vidros prata R\$ 18.500 17-996284851 GOL G VI 1.0 FLEX 2P 2013 Preto, Direção e vidro !! R\$ 28.000 17-996284851 HYUNDAI CRETA 1.6 20/21 BRCA 66km multimídia, f. de milha R\$83mil F- 17-98162-4528 MITSUBISHI L200 TRITON HPE 3.2 cd diesel aut 2008 prata R\$ 75.000 17-996284851 OUTRAS MARCAS ASTRA MILLENIUM Astra milenium 1.8 gas.comp.2001 cinza R\$ 18.000 W.App 17-996284851

Assine agora e receba o jornal mais completo da região. 17 2139 2010 DIÁRIO DA REGIÃO